

Parecer nº 227/99

Data: 1999.12.22

Processo nº 635

Requerente: José Pereira da Silva Brandão

Entidade Requerida: Direcção Regional do Ambiente (Açores)

I. Os factos e os pedidos

1. José Pereira da Silva Brandão dirigiu à Direcção Regional do Ambiente (Açores), em 3 de Agosto de 1998, uma exposição (aí recebida em 10 desse mês) relativa à situação de um seu *“prédio inscrito na matriz cadastral sob o artigo 0024 Secção-A da freguesia da Maia, concelho da Ribeira Grande, denominado e sito ao Pico da Vigia, descrito na Conservatória do Registo Predial competente sob o nº 9.172 de fls. 16 do Livro B-24”* (sic).
2. Nessa exposição, o interessado dá conta, entre outros factos, de uma *“grande quebrada”*, que terá ocorrido em 31 de Outubro de 1997 e que terá tido *“origem nas terras ocupadas desde 1996 pelo último rendeiro (...), tendo tais terras deslizado pela zona de vegetação espontânea até ao prédio recentemente adquirido pelo Sr. José da Costa Oliveira, objecto de obras de arroteamento e simultaneamente e de construção de um conjunto habitacional”* (sic).
3. E diz de seguida o requerente:

“Os prejuízos causados e os deles derivados estão orçados em cerca de 400.000\$00 dos quais assumi a responsabilidade subjectiva, já que do ponto de vista objectivo mantenho dúvidas razão pela qual estou recorrendo aos Serviços Oficiais competentes. Na realidade comparado este valor com o de Esc. 142.320\$00 declarados para efeito de IRS do ano de 1997 mais me incita a procurar repor a verdade em defesa de interesses meus e de terceiros” (sic).

4. Alega o exponente que, em razão da quebrada de 31 de Outubro de 1997, se deslocou expressamente aos Açores, a fim de se inteirar do sucedido. Nessa sequência, terá dirigido aos Serviços Florestais uma carta, datada de 28 de Novembro de 1997, a qual não terá sido respondida, embora seja do conhecimento do interessado que tais serviços *“mandaram efectuar uma vistoria, até por que daí resultou o plantio de cerca de 5000 criptomérias”* (sic).

5. Na sua exposição, afirma José Pereira da Silva Brandão que prescinde das *“rendas insignificantes”* que vem auferindo, *“autorizando que o Pico da Vigia seja transformado senão todo pelo menos na sua maior parte numa mata de criptomérias”* (sic).

6. E continua:

“Pretendo gerir esta situação até às últimas consequências e, para tanto, solicito de V. Exas se dignem mandar proceder a um inquérito sobre quais as verdadeiras causas das Quebrada, prontificando-me desde já a suportar os encargos legais daí resultantes”.

7. Solicita, ainda, que lhe seja facultado a documento comprovativo da autorização para o arroteamento levado a cabo e informação sobre *“se a obra construída no referido terreno foi objecto do devido licenciamento”*.

8. Por carta recebida naquela Direcção Regional em 14 de Maio de 1999, o requerente pediu que lhe fosse *“fornecida cópia ou fotocópia do despacho exarado por quem de direito sobre o solicitado”*.

9. Na exposição que deu entrada na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) em 15 de Junho de 1999, o interessado pede que seja dada ordem no sentido de ser informado do despacho que a sua carta à Direcção Regional do Ambiente (Açores) terá merecido.

10. Através da Informação nº 25/99, de 24 de Junho, da CADA, ficou José Pereira da Silva Brandão ciente do modo como, ao abrigo da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março –, se deveria proceder à contagem de prazos e que, em razão da carta a que se fez referência no ponto 8, *supra*, o indeferimento tácito só poderia se ser presumido a partir de 7 de Julho p.p.. Assim, só perante nova e oportuna comunicação à CADA e reunidos que fossem os requisitos legais, poderia ser apreciado o processo.
11. Por carta entrada nesta Comissão em 12 de Julho de 1999, renovou a solicitação anteriormente formulada à CADA e à qual se refere o ponto 9, *supra*.
12. Este resumo dos factos mostra, pois, que os pedidos feitos pelo interessado nas suas exposições à Direcção Regional do Ambiente (Açores) são – em síntese e naquilo que, no contexto deste parecer, se afigura relevante – os seguintes:
- a) de que lhe fosse facultado o documento comprovativo da autorização para o arroteamento efectuado;
 - b) de informação sobre a existência (ou não) de licenciamento da obra (conjunto habitacional) construída naquele terreno;

II. O Direito

1. A reclamação do indeferimento tácito apresentada à CADA em 12 de Julho p.p. – portanto antes da publicação da Lei nº 94/99, de 16 de Julho, que procedeu à segunda alteração à LADA – foi, assim, feita dentro do prazo (de 10 dias) legalmente estabelecido para o efeito.
2. Os documentos a que José da Silva Brandão pretende aceder – autorização para que fosse feito o arroteamento e o documento comprovativo de licenciamento da obra construída naquele terreno – não são documentos nominativos, i. e., não contêm dados pessoais – cfr. artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)* da LADA.

3. São, pois, meros documentos administrativos – cfr. alínea a) do mesmo preceito – e, portanto, de acesso generalizado e livre (artigo 7º, nº 1 e nº 3 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, na versão decorrente da Lei nº 8/95, de 29 de Março).
4. Só assim não seria se esses documentos integrassem processos não concluídos ou se fossem preparatórios de uma decisão, caso em que tal acesso seria *“diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração”* (nº 5 do mesmo artigo).
5. Não será, todavia, esta a situação, uma vez que o arroteamento foi já efectuado e o conjunto habitacional se encontra construído.
6. Poderá, contudo – e eventualmente -, verificar-se o caso de a Direcção Regional do Ambiente (Açores) não ser a entidade competente para autorizar arroteamentos e para emitir documentos de licenciamento, devendo o interessado ser disso informado, bem como de que aqueles serviços não possuem o(s) documento(s) pretendidos e, simultaneamente, de qual a entidade que o(s) detém (se este facto for do conhecimento daquela Direcção Regional) – cfr. LADA, artigo 15º, nº 1, alínea c).

III. Conclusão

Em razão de quanto antecede, cumpre concluir que:

- a Direcção Regional do Ambiente (Açores) deverá – caso as decisões sobre os pedidos que lhe foram formulados estejam no âmbito das suas atribuições e competências – facultar ao interessado, José Pereira da Silva Brandão, o acesso aos documentos pretendidos (autorização para o arroteamento e documento comprovativo de licenciamento da obra construída naquele terreno);

- caso não caiba à Direcção Regional do Ambiente (Açores) a decisão sobre tais matérias, deverá o interessado ser disso informado, bem como de que aqueles serviços não possuem o(s) documento(s) e, simultaneamente, de qual a entidade que o(s) detém (se tal for do conhecimento daquela Direcção Regional) - cfr. artigo 15, nº 1 alínea c) da LADA.

Este, pois, o parecer da CADA.

Aprovado na sessão da CADA de 22 de Dezembro de 1999.

Gameiro dos Santos (Relator) – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito*
– *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)